

Nota de Comitê defende diversidade religiosa

(Portal SDH, 27/05/2014) O Comitê Nacional de Respeito à Diversidade Religiosa, vinculado à Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR), emitiu nota pública referente à sentença do processo 0004747-33.2014.4.02.5101, da 17ª Vara Federal do Rio de Janeiro. Na nota, o comitê enfatiza a importância de se garantir o respeito à diversidade das religiões existentes no país. A íntegra da nota segue abaixo.

NOTA PÚBLICA

O Comitê Nacional de Respeito à Diversidade Religiosa vem a público manifestar-se sobre o conteúdo da sentença do processo 0004747-33.2014.4.02.5101, da 17ª Vara Federal do Rio de Janeiro, que negou a retirada de vídeos da internet que ofenderiam as religiões afro-brasileiras. Em sua sentença, o magistrado também definiu o conceito de religião.

Apesar de posterior retratação por parte do magistrado, reconhecendo as crenças afro-brasileiras como religiões, a avaliação do Comitê é sobre a necessidade de maior aprofundamento sobre liberdade religiosa, liberdade de expressão e laicidade em todas as instâncias do poder público.

A função do Estado é zelar pelas escolhas individuais, garantindo o respeito à diversidade das religiões existentes no país para que todos convivam em igualdade de direitos, não cabendo definir o conceito de religião.

O discurso de ódio não pode encontrar amparo na liberdade de expressão. O Comitê Nacional de Respeito à Diversidade Religiosa trabalha no sentido de promover uma cultura de paz e respeito à diversidade. De acordo com Lei nº 9459/1997, praticar, induzir ou incitar a discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional são considerados crimes passíveis de punição.

A discriminação entre os seres humanos por motivos de religião ou de convicções constitui uma ofensa à dignidade humana e deve ser condenada como uma violação dos direitos humanos e das liberdades fundamentais proclamadas na Declaração Universal de Direitos Humanos (ONU, 1948).

A linha entre liberdade religiosa e de expressão é tênue, o que requer constante análise, reflexão e debate. O Comitê Nacional de Respeito à Diversidade Religiosa coloca-se à disposição para contribuir com este debate.

Comitê Nacional de Respeito à Diversidade Religiosa

Acesse o site de origem: [Nota de Comitê defende diversidade religiosa](#)

[Prêmio Lélia Gonzalez estimula ação de entidades de mulheres negras](#)

(Agência Brasil, 25/05/2014) Organizações de todo o país poderão desenvolver projetos de combate ao racismo que estavam comprometidos por falta de verbas. O prêmio Lélia Gonzalez, que distribuiu na última semana R\$ 2 milhões, será o incentivo para que 13 entidades brasileiras, que trabalham com a autoestima e a autonomia de mulheres negras, possam iniciar ou continuar executando seus projetos.

O projeto Bahia Street, que há 18 anos cuida de meninas entre 6 e 17 anos em situação de vulnerabilidade social em Salvador, busca quebrar o ciclo da pobreza com educação e cidadania. Iniciado e desenvolvido com verba de entidades norte-americanas e há dois anos sem financiamento, a entidade vai usar o prêmio para ajudar a manter o centro de acolhimento, que recebe anualmente 75 meninas no turno contrário ao da escola.

As meninas têm reforço escolar, aulas de artes, alimentação, orientações úteis, como higiene e comportamento, e acompanhamento psicológico. “Com esse trabalho, queremos fazer com que essas meninas tenham consciência da realidade do racismo, do sexismo e das drogas e se defendam da melhor forma possível”, explica uma das fundadoras da entidade, Rita Conceição.

Na Paraíba, a Bamidelê - Organização das Mulheres Negras - tem, entre as ações do projeto premiado, promover a quarta edição da campanha “Morena não. Eu sou negra”, que eleva a autoestima da mulher. Além disso, o projeto pretende, com o dinheiro do prêmio, tirar do papel um projeto que vai trabalhar a imagem da mulher negra, com debates, palestras e oficinas, chamadas Enegrecendo a Pauta. Para a coordenadora da entidade Terlúcia Silva, a veiculação da imagem da mulher negra ainda traz muito racismo embutido.

A Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras, do Rio Grande do Sul, ganhou o prêmio apresentando o projeto de uma pesquisa nacional que mostra como o racismo afeta a vida de brasileiras de todos os níveis sociais. Para Simone Cruz, coordenadora do projeto, os resultados podem servir para desenvolver políticas públicas direcionadas para ajudar a resolver o problema do racismo. “Com a verba do prêmio, vamos começar imediatamente a pôr o projeto em prática”.

A antropóloga Lélia Gonzalez, homenageada pelas secretarias de Políticas de Promoção da Igualdade Racial e de Políticas para as Mulheres da Presidência da República promotoras do prêmio, foi professora universitária, tendo publicado vários artigos e livros sobre as condições de exploração e opressão do negro e da mulher. Como não se via representada pelas entidades existentes, criou o Movimento Negro Unificado e é inspiração de diversos movimentos de mulheres negras existentes hoje.

Acesse o site de origem: [Prêmio Lélia Gonzalez estimula ação de entidades de mulheres negras](#)

[#SalaSocial: Brasileiros monitoram racistas, machistas e homofóbicos na internet](#)

(BBC Brasil, 24/05/2014) “Todo dia tem racismo fresquinho no Twitter”, assegura o criador da página “Não sou racista, mas...” João Filho, 33. “Quem gosta de preto é chicote”, “Cada dia mais pegando nojo de preto” ou “Não tô nem aí, não gosto de preto mesmo, ainda mais gordo” são alguns dos comentários que comprovam sua tese.

João foi o primeiro brasileiro a compartilhar mensagens alheias na rede social para expor o preconceito de seus autores. O perfil, criado meses antes do “A minha empregada” (que chegou a repercutir no exterior nesta semana), foi o ponto de partida para o monitoramento de outras palavras-chave na rede — machismo, homofobia, transfobia e preconceito contra pessoas acima do peso são alguns deles.

“Eu procuro por comentários que ouço de forma recorrente no trabalho, no ambiente familiar, nas ruas”, diz João.

Segundo ele, frases como “serviço de preto”, “preto fede” e “neguinha favelada” são mais comuns do que se imagina e mostram que o conceito de “preconceito velado” atribuído aos brasileiros não se confirma na internet.

“O que mais me impressiona é a quantidade de jovens que aparecem nas minhas buscas”, afirma. “Dizer que alguém tem ‘cara de empregada’ está na boca da criança.”

São adolescentes entre 15 e 18 anos os principais responsáveis pelos comentários preconceituosos.

João tem um palpite: “É triste, mas não sei se é algo dessa geração. Esses comentários sempre foram comuns entre a classe média. Talvez porque jovens usem menos filtro na hora de destilar preconceito.”

Machismo

Inspirada na atitude de João, a estudante Gabriella Ramos, 21, resolveu monitorar e expor machistas na rede.

“Os que mais me chocaram até hoje foram os que continham piada com estupro e violência à mulher”, diz a jovem criadora do “Não sou machista”.

Ela dá exemplos. “Não é estupro. É sexo-surpresa”, escreveu um jovem de Manaus. “Não é estupro se ela usava blusa aparecendo a barriga”, afirmou um rapaz de São Paulo. “Se vocês acham minha namorada gostosa é porque não a viram pelada. Só não estupro porque não

preciso”, disse outro, um brasileiro que mora na Califórnia.

Diferente dos outros perfis, Gabriella costuma engatar longas discussões com seus adversários machistas.

“Não adianta se esconder atrás da liberdade de expressão para disseminar discurso de ódio”, ela explica. “O trabalho de exposição é algo importante, é uma denúncia que nós fazemos. Choca? Incomoda? É essa a intenção.”

Homo e transfobia

Com apenas 17 anos, o estudante Nicholas criou a página “Não sou transfóbico”.

A dinâmica é a mesma: ele pesquisa e compartilha mensagens de ódio contra travestis e transexuais. “Comecei nessa semana depois do ‘A minha empregada’. Eu vi o perfil e achei a ideia muito legal. Aí fui procurar algo do tipo sobre transfobia, porque eu sofro na pele, e não achei nenhum”, conta.

Nicholas acredita que as pessoas tenham “menos filtro” na internet do que nas ruas.

“Como dizem algo online e acham que tem menos consequências que na vida real, todo mundo sai esculachando. Mas para mim isso não faz sentido: bizarrices ditas na internet são públicas e ficam registradas pra sempre.”

Outro perfil é dedicado exclusivamente à homofobia (o ódio contra gays e lésbicas).

Com a descrição “Não sou homofóbico. Tenho até amigos gays, mas...” o perfil já publicou mais de 700 mensagens agressivas contra homossexuais.

“As lésbicas são erotizadas por homens o tempo inteiro. Isso também é um tipo de violência”, alerta o autor.

Recentemente, ele compartilhou uma mensagem de maio do ano passado que dizia: “É lésbica mas quer virar hétero? Estupro corretivo é a correção”.

O autor respondeu, afirmando que a mensagem era antiga e que o retweet da página “Não sou homofóbico” era apenas para chamar atenção.

“Procê ver”, respondeu o autor. “As m**** que são faladas na internet não se perdem com o tempo. Melhor não falar da próxima vez, né? :)”

Gordinhos

Há dois meses, o perfil “Só faz gordice” passou a monitorar um tipo de preconceito pouco comentado no Brasil.

Ela compartilha frases como “Odeio ver gordas de legging” ou “Se as gordas que usam roupas justas pagassem multa por poluição visual, nós já não estávamos na crise à bastante tempo”.

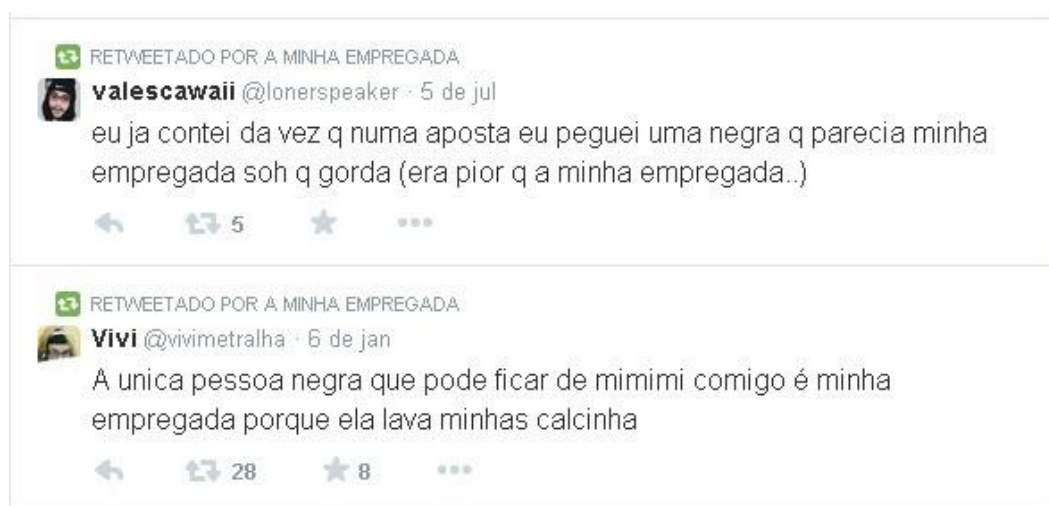
Diferente dos outros autores, que buscam privacidade, a criadora de “Só faz gordice” publica fotos próprias, sem medo de ser feliz.

“Beijinho no ombro gordofóbicos! As banhas são MINHAS, mostro quando, se e pra quem EU QUISER!” era a legenda de uma das mais recentes.

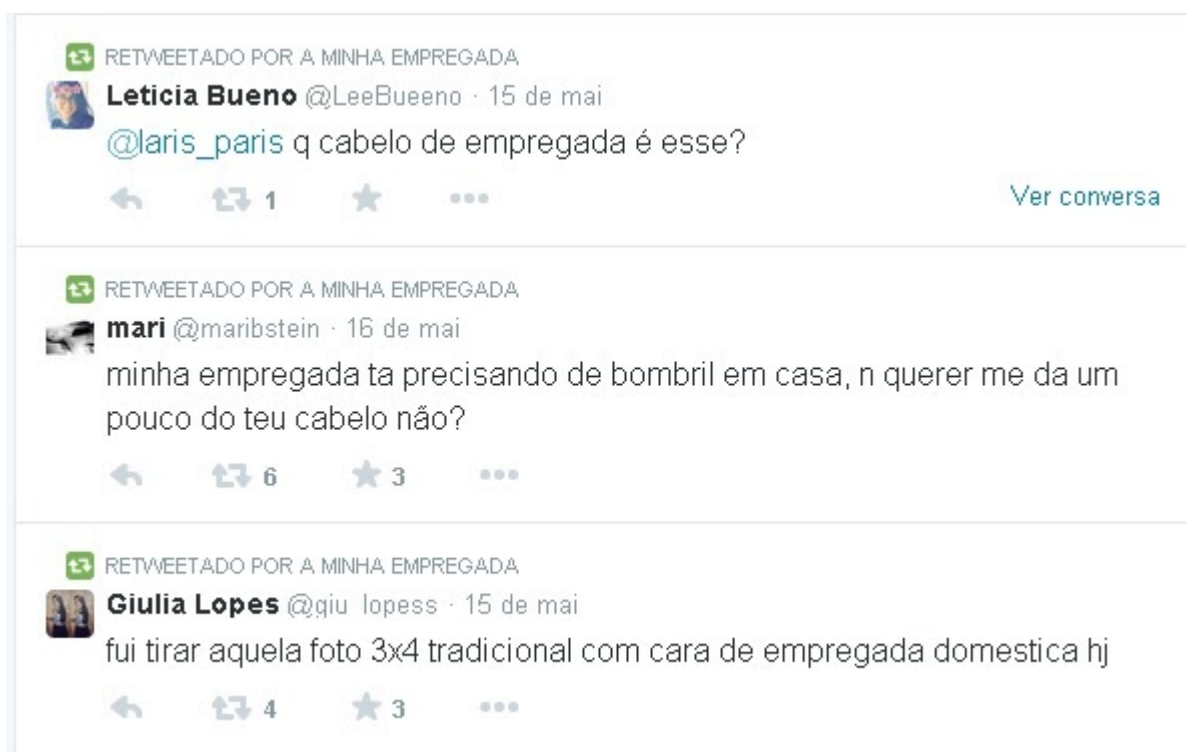
Acesse no site de origem: [#SalaSocial: Brasileiros monitoram racistas, machistas e homofóbicos na internet \(BBC Brasil, 24/05/2014\)](#)

[A Minha Empregada é herança do escravismo](#)

(Carta Maior, 21/05/2014) A conta do twitter “A Minha Empregada” tem gerado polêmica na internet ao revelar algo que muitos tentam baixar os olhos: as agressões às empregadas domésticas no Brasil. Os relatos retuitados fazem com que a máscara de pretensa familiaridade na relação entre patroa e empregada das novelas da Globo caia. Muitos vão dizer que isso são casos isolados, mas o simples fato destes tipos de “brincadeiras” serem socialmente aceitas em certos meios já mostra o quanto este discurso está entranhado na sociedade brasileira.



A contratação de trabalhadores domésticos em larga escala é consequência do atraso social de um país. O fato de que existem pessoas que ganham o suficiente para que outra pessoa faça o serviço que ela própria poderia fazer demonstra o abismo da desigualdade social de uma nação. A proporção da existência deste tipo de trabalho se dá na medida que houver, de um lado, um excedente de mão-de-obra desempregada e sem qualificação para outros tipos de serviço, e de outro, uma classe que ganha o suficiente para comprar a força de trabalho de outra pessoa.



E a força de trabalho a ser comprada nesses casos é sempre a da mulher. Isso decorre de uma das mais graves consequências do machismo em nossa sociedade: a delegação dos trabalhos mais mal-remunerados ao sexo feminino. Sob as falácias sociais de que a mulher não pode desenvolver outras atividades mais “pesadas” (como se o trabalho doméstico fosse “leve”) e de que o trabalho doméstico é “coisa de mulher”, a muitas mulheres sem qualificação profissional só sobra o serviço doméstico. E isso é um problema não porque o trabalho doméstico seja indigno, mas porque até pouco tempo atrás estes serviços não gozavam de nenhuma regulamentação legal, o que deixava as trabalhadoras sem garantia alguma.



E essa desregulamentação do serviço doméstico é herança do escravismo e do patriarcado. Achar o serviço doméstico “menor” que os outros; achar que a patroa faz um “favor” ao oferecer um cômodo na casa para a empregada; afirmar que não é possível contar as horas de trabalho da empregada tal qual outros trabalhos porque ela passa o tempo entre uma atividade e outra “descansando”; separar a cozinha das áreas de vivência; ter entradas e elevadores “de serviço”; a preponderância de negras entre as trabalhadoras: tudo isso é herança de nosso escravismo, que incrustou estruturas e visões de mundo sobre o trabalho que estão presentes até hoje.

RETWEETADO POR A MINHA EMPREGADA



Pain Kami Razer @Ppx312 · 13 de abr de 2013

Olha, o que que a burra da minha empregada faz com as minhas camisas, ela é uma retardada mental... Isso sim



3



[View more photos and videos](#)

As novas leis trabalhistas que asseguram às domésticas direitos que elas nunca tiveram é só um passo diante da longa caminhada rumo a uma sociedade mais igualitária. O Brasil precisa de outros avanços sociais além de leis para que o número de empregadas domésticas decresça e aquelas que continuarem neste serviço tenham melhores remunerações. Mais condições para qualificação profissional, mais seguridade social, salários melhores e menos machismo farão com que menos pessoas tenham no trabalho doméstico sua última opção de sobrevivência.

Acesse o site de origem: [A Minha Empregada é herança do escravismo](#)

[NOTA de contrariedade à decisão do magistrado da Justiça Federal do Estado do Rio de Janeiro](#)

(SEPPIR, 21/05/2014) A SECRETARIA DE POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA - SEPPIR/PR, por meio da sua Ouvidoria Nacional e da sua Secretaria de Políticas para Comunidades Tradicionais, vem a público manifestar sua

contrariedade à decisão do magistrado da Justiça Federal do Estado do Rio de Janeiro, a qual exprime que “cultos afro-brasileiros não constituem religião” e que tais “manifestações religiosas não contêm traços necessários de uma religião”.

A liberdade de culto é aceita e legalizada desde a proclamação da República, através do Decreto 119-A, de 1890, de autoria de Ruy Barbosa. E se transformou em norma constitucional com a Constituição de 1891, que transformava, inclusive, o Brasil em um Estado laico, portanto, sem uma religião oficial definida por lei. Hoje a liberdade religiosa é algo amplamente difundido no ordenamento jurídico. Em nossa Constituição Federal podemos citar o artigo 5º:

Artigo 5º - Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

VI- é inviolável a liberdade de consciência de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias;

VIII- ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, salvo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei;

É necessário explicitar, ainda, que o Brasil é signatário da Convenção Americana sobre os Direitos Humanos, que afirma no artigo 12, o que se segue:

Artigo 12 - Liberdade de Consciência e de Religião:

1º Toda pessoa tem direito à liberdade de consciência e de religião. Esse direito implica a liberdade de conservar sua religião ou suas crenças. Ou de mudar de religião ou de crenças, bem como a liberdade de professar e divulgar sua religião ou suas crenças, individual ou coletivamente, tanto em público como em privado;

2º Ninguém pode ser objeto de medidas restritivas que possam limitar sua liberdade de conservar sua religião ou suas crenças, ou de mudar de religião ou de crença;

Dessa forma, reafirma o respeito ao direito constitucional à liberdade religiosa e de crença, somando-se às autoridades responsáveis pela garantia desse direito, na adoção de medidas contrárias à mencionada decisão da Justiça Federal do Rio de Janeiro.

Coordenação de Comunicação da SEPPIR

Acesse o site de origem: [NOTA de contrariedade à decisão do magistrado da Justiça Federal do Estado do Rio de Janeiro](#)

A violência sofrida pelas prostitutas

(RepórterUNESP, 20/05/2014) O trecho acima aparenta ser ficcional, mas diz respeito ao abuso sofrido por uma colega da prostituta Ana Paula, a Paulinha, de Ribeirão Preto - SP. Experiências como essa são realidade na vida de muitas mulheres brasileiras, inclusive as garotas de programa. A violência contra mulheres e prostitutas é, muitas vezes, invisível. De acordo com a psicóloga social Mariana Hasse, a dificuldade de as vítimas entenderem que ser obrigada a fazer sexo, mesmo que com o parceiro, é estupro, está vinculada à ideia de que o sexo é obrigação da mulher. "De uma forma geral, há um desdém com a violência que é 'mais leve'. Há uma banalização dessa violência. E, com as prostitutas, isso é um pouco mais acentuado: 'como você sofreu violência se o cliente estava pagando?'" , explica.

O fato de a sociedade fechar os olhos para a violência sofrida por profissionais do sexo está atrelado à repressão do comportamento feminino. Fabiana Rodrigues, professora do Centro Universitário Salesiano de São Paulo (Unisal), estudou como as mulheres se educam na prática da prostituição. Segundo ela, "o estigma da prostituta não recai apenas sobre a mulher que exerce essa função, mas sobre todas as mulheres. Temos medo de sermos taxadas como prostitutas, como se ser prostituta fosse ser menos. Esse estigma é posto para nos controlar, para que continuemos sendo comedidas", comenta.

No Brasil, a agressão às mulheres, independente da prática profissional, é vista como um problema da Saúde Pública, devido às consequências geradas à vítima. A sanção da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, mais conhecida como Lei Maria da Penha, criou um mecanismo de combate à violência contra a mulher. "O agressor é, geralmente, parceiro íntimo. As vítimas são mulheres economicamente independentes e costumam ter entre 18 e 49 anos - a faixa etária produtiva", afirma Hasse. Para os estudiosos no assunto, o abuso tem relação com uma tentativa de controle da mulher por parte dos companheiros. "A violência contra a mulher é decorrente dos padrões tradicionais de gênero e do estabelecimento das relações de poder", conclui.

De acordo com o Ministério da Saúde, o atendimento às mulheres vítimas de agressão, nos serviços de saúde, deve incluir entrevistas, exames médicos e psicológicos, o uso e acompanhamento de métodos contraceptivos e, nos casos de abusos sexuais seguidos de gravidez, a compreensão da necessidade e do desejo da mulher em interromper ou não a gestação.

AGRESSÃO A PROSTITUTAS

os dados foram baseados em estudo feito com prostitutas cadastradas na Associação das Profissionais do Sexo do município de Picos-PI

450 mulheres entrevistadas em 850 pontos de prostituição

Tipos de violência



Número de Episódios



Episódios Recentes



De acordo com a pesquisa “Caracterização da violência física sofrida por prostitutas do interior piauiense”, realizada por profissionais da área de enfermagem, há um grande número de registros de agressões a prostitutas. Os dados dizem respeito a apenas uma região, mas refletem a realidade de todo o país. (Arte: Paula Reis)

As recorrentes práticas violentas contra prostitutas motivou as profissionais a alterar o seu horário de trabalho para o período diurno. Além das novas jornadas, as mulheres passaram a ficar mais atentas às placas dos veículos, como forma de identificar os agressores. “Foram muitos estupros, assaltos, espancamentos. Então desenvolvemos um método para tentar reduzir essa violência. De fato, conseguimos minimizar um pouco, porque até então todo mundo era puta e não tinha direito a nada”, conta a garota de programa Paulinha.

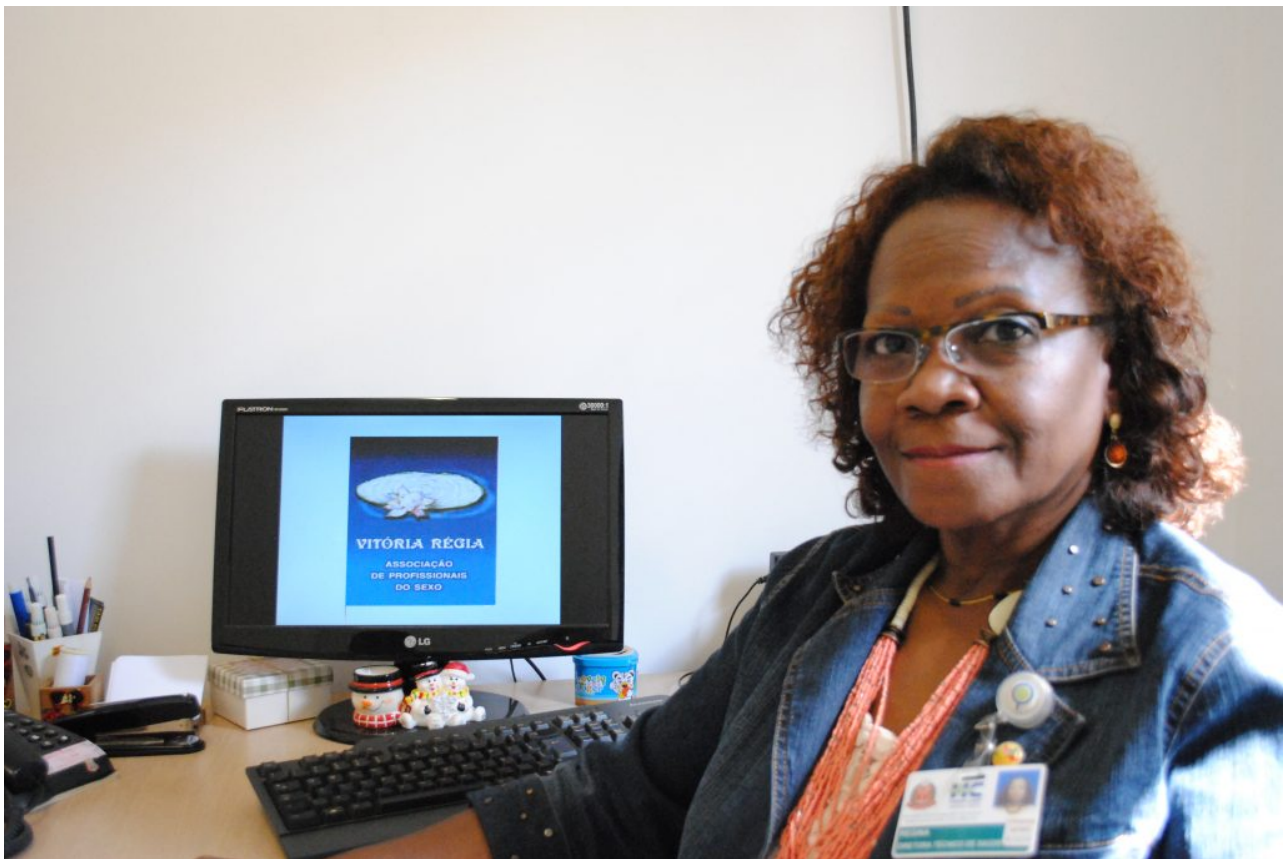
Prostituição e segurança pública

“A gente sofria muito com a violência policial. Eu sempre consegui correr, sempre dei sorte. Nunca apanhei, mas já vi muitas amigas apanharem. Tínhamos um delegado que costumava fechar as duas ruas onde era localizado o bar em que trabalhávamos, e quem estivesse ali ia para a viatura ou dentro de camburões. E havia muita agressão contra as prostitutas. E nossas queixas da agressividade policial eram frequentes - aquela eloquência toda deles de ficarem pressionando para tirar a gente dali e acabar com a prostituição”, relata Paulinha.

Mariana Hasse aponta que a maioria das garotas de programa, em vez de dirigirem-se à Delegacia da Mulher - que funciona apenas em horário comercial -, procuram delegacias comuns para registrar boletins de ocorrência, já que a maioria dos casos ocorrem em outros períodos. “Elas são, muitas vezes, atendidas por homens. Então, o relato que temos é de que eles não conseguem entender como uma prostituta pode sofrer violência sexual”, afirma.

É nesse contexto que surge, em 1998, a ONG Vitória Régia, de Ribeirão Preto, que promove a sensibilização da Polícia Militar e Civil diante da prostituição. No mesmo ano em que a instituição foi fundada, a prostituta Selma Heloísa Artigas, conhecida como Nicole, foi arrastada por 16 km pelas ruas da cidade. A vítima, na época com 22 anos, não sobreviveu. O empresário Pablo Russel Rocha, autor do crime, ainda está sob julgamento.

A ONG Vitória Régia defende os interesses das profissionais do sexo por meio da promoção da cidadania e de atividades de cunho educacional e social. Nesse sentido, são organizadas palestras para reforçar os direitos e deveres das prostitutas, bem como o papel da segurança pública. “Prostitutas merecem respeito e têm voz própria”, afirma a assistente social da ONG, Regina Brito.



Regina Brito, junto à ONG Vitória Régia, trabalha o estigma da prostituição, o grau de conhecimento sobre Doenças Sexualmente Transmissíveis (DSTs) e a conscientização a respeito do uso de preservativos. (Foto: Nayara Kobori)

Atualmente, além de casos de violência contra as prostitutas, a ONG estimula a conscientização dessas profissionais e de toda a sociedade. Entre os serviços oferecidos pela instituição estão a entrega monitorada de preservativos e gel íntimo, oficinas de sexo seguro e de cidadania, encaminhamento social, psicológico e jurídico e a promoção de ações de saúde e educação. “Eram as próprias prostitutas que desenvolviam as palestras, montavam as aulas e passavam com muita propriedade o que é importante para a categoria. Independente da profissão, todos temos direito à cidadania”, reforça Regina Brito.

Submissão do feminino ao masculino

Fabiana Rodrigues defende que as práticas violentas contra as mulheres - concebidas como gênero de construção social, ou seja, independente de condições biológicas - são frutos do reforço de modelos, práticas sociais e instituições que estereotipam a figura da mulher. Na palestra Mulher e a Abolição Inacabada: exploração sexual, prostituição e racismo, a professora e a historiadora Cidinha da Silva abordam as relações que moldam a representação da mulher na sociedade.

“As mulheres são, de certa forma, educadas para agradar ao outro - ao homem principalmente. E esse tipo de educação vai fazendo com que as mulheres renunciem à autonomia”, comenta Fabiana a respeito da educação sexista que impõe a passividade à mulher e a atividade ao homem.



“Nem sempre temos esse silêncio do corpo: ousamos ter uma certa sensualidade própria. E só pelo fato de não correspondermos a esse estereótipo de gênero imposto, as pessoas acham que tem algo errado”, comenta Fabiana. (Foto: Nayara Kobori)

A representação do feminino geralmente é vista pela ótica do outro e, muitas vezes, como desejo sexual masculino. Fabiana defende que, quando se rompe com essa premissa e a mulher deseja sentir prazer, é que surge o problema. “A mulher que quer ter prazer é taxada como prostituta, ou como dotada de sexualidade descontrolada, primitiva, selvagem. Essa é a visão de muitos sobre a mulher brasileira”, denuncia. “Corpos silenciados”, termo utilizado por Fabiana, é segundo ela a base da violência contra a mulher: o feminino estereotipado e calado. Ao atingir sua independência, as mulheres rompem as barreiras sociais que lhes foram impostas.

Reportagem: Nayara Kobori

Produção: Paula Reis

Edição: Amanda Lima

Acesse o site de origem: [A violência sofrida pelas prostitutas](#)

Capital mineira aposta em educação para combater o racismo

(Agência Brasil, 15/05/2014) O Brasil deve aproveitar a oportunidade de sediar uma Copa do Mundo para discutir o combate ao racismo. Para a ministra da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), Luiza Bairros, é importante discutir o racismo no futebol, mas sem esquecer que atitudes preconceituosas nos estádios são apenas reflexo da sociedade.

“É preciso deixar evidente que o racismo no futebol é a expressão do racismo que existe na sociedade como um todo, existe um crescimento dos casos de racismo de uma maneira geral, não apenas no futebol”, disse.

“Mas, em função da Copa, acho que nós podemos aproveitar essa conjuntura para ajudar a elevar a consciência das pessoas em relação à necessidade de se repudiar qualquer manifestação discriminatória contra negros”, destacou a ministra.



A questão do racismo no futebol entrou em campo este ano por causa do episódio com o jogador Tinga, do Cruzeiro, que foi alvo de atos preconceituosos por parte da torcida do Real Garcilaso, em Huancayo, no Peru, na estreia do time mineiro na Taça Libertadores da América, em fevereiro.

O apoio a Tinga veio de todos os lados, inclusive da torcida rival. O diretor de eventos da torcida organizada Galoucura, do Atlético Mineiro, Marcelinho Conceição, explica que a rivalidade tem que ficar restrita às quatro linhas.



Belo Horizonte - Alvo de atos de racismo no futebol, o jogador Tinga aposta na educação como saída para lutar contra o preconceito Tomaz Silva/Agência Brasil

“Nós fizemos uma homenagem ao Tinga. O tema foi: rivalidade sim, racismo não. Nós somos o país que mais tem descendentes de africanos fora da África. Então, toda vez que toca no racismo, toca em 190 milhões de habitantes.”

O jogador do Cruzeiro relata que nunca tinha passado por uma situação de racismo em campo, mesmo jogando na Europa e no Japão, locais com histórico de xenofobia. Do triste episódio, ele propõe a ampliação do debate para promover a igualdade plena na sociedade a partir da educação.

“Enquanto a gente não levar esses temas diretamente na educação, na base escolar, vai ser difícil, porque a gente faz hoje como adulto aquilo que a gente vem aprendendo quando criança, quando adolescente. E esses temas, não só o racismo, mas o tema da igualdade, têm

que estar diretamente na escola, porque eu acredito que o preconceito é uma falta de educação. Eu acredito que o governo e nós também, como família, como pais, deveríamos fazer a nossa parte através da educação, começar dentro de casa, ter essas conversas.”

Em Belo Horizonte, os negros (pretos e pardos) somam 52,7% da população. É mais do que a média nacional, que está em 50,7%, de acordo com o Censo 2010. A coordenadora de Promoção da Igualdade Racial do município, Rosângela da Silva, lembra que o problema está enraizado na sociedade, mas vem à tona quando um caso como o de Tinga ganha repercussão.

“Na década de 80, na década de 90, a gente abria o livro didático e qual era a imagem que a gente reconhecia ali na história? Era a imagem do negro amarrado, a imagem do índio preguiçoso. E isso criou também uma negação da própria identidade para o negro. Hoje a gente tem a Lei 10.639, que é uma lei federal, que trata do ensino da história da África nas escolas, que representa um grande avanço quando a gente pensa na questão do enfrentamento, do combate ao racismo. Eu acho que no Brasil em nível de política de reparação, em política reparatória, esse é um dos pontos mais importantes”.



Belo Horizonte - Gerente de Articulação da Política Educacional da Smed, Rosa Vani Pereira, destacou a dificuldade em selecionar de livros que abordassem a África sem preconceitos Tomaz Silva/Agência Brasil

Dentro das escolas, Belo Horizonte avançou na questão com a distribuição de livros de literatura afro-brasileira. A gerente de Articulação da Política Educacional da Secretaria Municipal de Educação, Rosa Vani Pereira, explica que o projeto começou em 2003 e hoje conta com 433 títulos.

“Contar a história do kit de literatura é contar um pouco também como essa conversa entra na escola, como você desmistifica o que os alunos viam até então como geografia e história africana, e de forma muito preconceituosa. Quando se falava em África nos currículos até então, você falava ou na África do Tarzan ou na África da miséria, você não saía dessas duas pontas. Então, o primeiro kit foi muitíssimo interessante porque a gente desvela um pouco o próprio mercado editorial, foi uma luta compor esse kit.”

Além da distribuição dos livros, a secretaria de educação promove a mostra de literatura afro-brasileira, com oficinas, exposições e filmes sobre o tema, para movimentar as escolas e apresentar os títulos aos estudantes e professores.

Outra iniciativa pioneira em Belo Horizonte foi a criação, em novembro de 2013, do Núcleo de Atendimento a Vítimas de Crimes Raciais e de Intolerância (Navcradi). De acordo com o gerente do núcleo, Jefferson Rodrigues de Oliveira, o objetivo é atender as demandas individualmente e acompanhar os processos de crimes raciais e intolerância religiosa dentro da Polícia Civil, para que esse tipo de registro não fique parado.

“As pessoas que têm chegado aqui têm visto no núcleo um órgão capaz, por exemplo, de

satisfazer as necessidades deles no sentido de eles trazerem a demanda e saberem que daquilo poderá ser feito algo, coisa que no trâmite geral, da delegacia, é mais difícil.”



Belo Horizonte - O artista plástico conhecido como Ameba relata episódios de violência policial durante as manifestações de junho de 2013, durante a Copa das Confederações Tomaz Silva/Agência Brasil

Apesar das muitas iniciativas de combate ao preconceito, o racismo institucional ainda é realidade. O Comitê Popular dos Atingidos pela Copa (Copac) denuncia atos de discriminação, por parte da polícia, durante os protestos de junho do ano passado. Um dos presos durante as manifestações foi o artista plástico Ameba, que passou um mês no cárcere. Ele relata que os 15 presos foram colocados nus, ajoelhados e algemados, e tiveram os cabelos raspados. Um rapaz negro teve o cabelo no estilo rastafari cortado com faca.

“Teve um cara negro, de dread, teve outros punks negros também. Cortaram o dread do cara com faca, no maior desrespeito, isso aí é uma agressão à sua identidade. Cortar moicano é a mesma coisa, é tirar a identidade do punk, o maior desrespeito, a maior invasão.”

Rosa Vani reconhece a existência de discriminação contra vários grupos de pessoas. Mas lembra que atitudes racistas ocorrem o tempo todo no país e se refletem em um número duas vezes e meia maior de assassinatos de jovens negros do que o de brancos.

“Mas aí eu fico muito preocupada quando a gente faz essa discussão, porque outro dia eu ouvi que gordo também é discriminado. É, só que gordo morre por problema de pressão. Quando eu pego o Mapa da Violência no Brasil, eu não tenho aquela quantidade imensa de meninos negros morrendo porque são gordos, eles estão morrendo porque são negros mesmo.”

O jogador Tinga sugere uma solução a longo prazo para o fim do preconceito: aulas que possam abordar tudo o que acontece na vida das pessoas.

“Não sou eu que vou dizer o que tem que ter em uma escola, mas eu acredito que deveria ter uma matéria que fosse somente vida, dia a dia, enfim, porque tem tanta matéria que a gente estuda e demora para utilizar, às vezes nem utiliza, eu acredito que poderia ter uma matéria, algo como cidadania, humanidade, que a gente pudesse falar de tudo. Abordaria o preconceito de religião, de opção sexual, enfim, ensinaria, conscientizaria. Eu acredito que deveria ter isso na escola.”

A coordenadora de promoção da igualdade racial da cidade também acredita que a educação é o caminho em busca da igualdade.

“Tanto na Copa do Mundo, fora da Copa do Mundo, dentro dos times de futebol, da escola, qualquer ação de combate ao racismo, a base dessa ação passa pela educação. Então não tem como, não acredito em nenhuma ação assertiva de promoção da igualdade racial que não envolva esse pensar, essa reflexão, a educação do indivíduo, a educação do sujeito”.

O projeto que deu origem a esta reportagem foi vencedor da Categoria Rádio do 7º Concurso Tim Lopes de Jornalismo Investigativo, realizado pela Andi, Childhood Brasil e pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef).

Acesse o PDF: [Capital mineira aposta em educação para combater o racismo](#)

Dilma defende fim da discriminação salarial para mulheres e negros

(Agência Brasil, 15/05/2014) Ao participar de ato que celebrou o compromisso com empregadores e centrais sindicais para a melhoria das condições de trabalho durante a Copa do Mundo, a presidenta Dilma Rousseff defendeu que a promoção do trabalho decente não deve ser levantada apenas durante o Mundial.

Para a presidenta, a Copa é um momento especial para que sejam exibidos os avanços da sociedade brasileira sobre o tema. “Em épocas passadas, não tínhamos de fato trabalho decente aqui no Brasil, qualquer emprego bastava, qualquer ocupação servia. Muitas vezes, as pessoas viviam no trabalho informal”, declarou a presidenta durante a cerimônia.

Segundo Dilma, os principais desafios para o trabalho decente no Brasil passam pela maior qualificação e condições igualitárias de emprego e renda. “No caso das mulheres, nós sempre devemos lembrar da necessidade de lutar por salário igual para trabalho igual. Para nossa população negra, é muito importante que tenhamos foco nessa questão, [e também em] um combate sem tréguas ao trabalho escravo e ao racismo”, completou.



Dilma assinou compromisso com empregadores e centrais sindicais para melhorar condições de trabalho na Copa do Mundo José Cruz/Agência Brasil

O evento de hoje marcou a assinatura de empresas e trabalhadores a dois compromissos que visam ao desenvolvimento de iniciativas de aperfeiçoamento das condições de trabalho, de combate ao trabalho infantil e contra a exploração sexual de crianças e adolescentes. Eles terão até 31 de agosto para promoverem medidas que assegurem a qualidade dos empregos, a economia solidária e a segurança e a saúde no trabalho.

Segundo o assessor especial José Lopez Feijóo, da Secretaria-Geral da Presidência da República, cerca de 1,5 mil entidades já aderiram ao compromisso, e há a expectativa que, ao todo, 6 mil instituições o façam.

No próximo dia 3, a secretaria-geral promoverá um seminário entre os membros dos comitês que acompanharão o andamento das obras. Para Dilma, esse método de diálogo com setores trabalhistas e representantes dos funcionários, como a Central Única dos Trabalhadores, mostra que o governo não evita os problemas, mas busca o caminho da solução.

Ao defender mais uma vez que o Mundial será a “Copa das Copas”, a presidenta disse que a competição deixará aos brasileiros um legado que não poderá ser levado por nenhum turista de volta a seus países. “O que eles podem levar na mala? É a garantia e a certeza de que este é um país alegre e hospitaleiro. Pode levar isso na mala. Agora, os aeroportos ficam para nós, as obras de mobilidade ficam para nós, os estádios ficam pra nós”, declarou Dilma, que disse ser essa a questão central do Mundial.

Acesse o site de origem: [Dilma defende fim da discriminação salarial para mulheres e negros](#)

Comissão do Esporte da Câmara lança campanha contra racismo no futebol

Lançamento será na quarta-feira (14), com apresentação das peças destinadas à divulgação em rádio, TV e internet. Pela manhã haverá debate aberto a internautas.



Selo da campanha *Fim de jogo para o racismo*

A campanha “Fim de jogo para o racismo” será lançada pela Comissão do Esporte da Câmara dos Deputados na próxima terça-feira (14), às 16 horas, no hall da taquigrafia. O objetivo é ajudar a acabar com as práticas de racismo que atualmente têm sido marcantes nas partidas de futebol, dentro e fora dos estádios.

Debate interativo

Para debater o tema, a comissão do Esporte também vai promover um debate interativo também na quarta-feira (14), a partir das 10 horas, no Laboratório Hacker da Câmara dos Deputados. Para participar, basta acessar o ambiente de bate-papo do portal e-Democracia da Câmara.

Deputado Damião Feliciano ressalta importância da denúncia no combate ao racismo. A campanha pretende conscientizar a sociedade, profissionais e pessoas envolvidas com esporte sobre as atitudes de racismo praticadas contra atletas e profissionais durante eventos esportivos, destacando que o racismo é crime inafiançável e imprescritível, definido pela Lei

7.716/89 há mais de 20 anos, e a qualquer um é dado o exercício da prisão em flagrante.

A punição prevista pela lei é a pena de reclusão de um a três anos mais multa para quem praticar, induzir ou incitar a discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional.

Idealizada e produzida por servidores da Câmara, a campanha teve custo zero para a Casa. O material será divulgado na internet e demais veículos de comunicação da Câmara e também será disponibilizado para as TVs e rádios legislativas, e emissoras privadas.

Casos recorrentes

O presidente da Comissão do Esporte, deputado Damião Feliciano (PDT-PB), está otimista quanto aos resultados da campanha. “A denúncia é fundamental, a campanha ressalta isso. Denuncie quando você vir uma pessoa cometendo um crime de racismo.”

O parlamentar lembrou que, recentemente, casos de racismo envolveram atletas brasileiros. No último dia 27, durante partida do campeonato espanhol, um torcedor do Villarreal arremessou uma banana contra o lateral-direito do Barcelona Daniel Alves. Em resposta, o brasileiro comeu a fruta em campo, antes de cobrar um escanteio, gerando milhares de mensagens de solidariedade nas redes sociais.

Em fevereiro, o volante Tinga foi hostilizado por torcedores do Real Garcilaso, do Peru, no jogo de estreia do Cruzeiro na Taça Libertadores da América. Um mês depois, o jogador Arouca, do Santos, foi chamado de “macacão” por torcedores durante partida contra o Mogi Mirim pelo campeonato paulista.

Acesse no site de origem: [Comissão do Esporte da Câmara lança campanha contra racismo no futebol \(Agência Câmara - 09/05/2014\)](#)

Campanha publicitária contra o racismo gera polêmica na internet

(O Estado de S.Paulo, 30/04/2014) Críticos dizem que #somostodosmacacos dá cheque em branco para os preconceituosos

Se por um lado o gesto de Daniel Alves de comer uma banana atirada em sua direção no jogo entre Villarreal e Barcelona recebeu elogios em todas as partes do planeta, por outro a criação da hashtag #somostodosmacacos gera polêmica. Criado pela agência de publicidade Loducca, a pedido de Neymar, o conceito tinha a intenção de tirar o peso preconceituoso da palavra “macaco”, mas teve muita gente que achou que o tiro saiu pela culatra.

Segundo Amir Somoggi, consultor de marketing e gestão esportiva, a criação poderia ter sido mais inteligente. “Essa campanha está dando um cheque em branco para os racistas chamarem de macaco quem eles quiserem. Estava tudo armado esperando que alguém jogasse uma banana. Aí eles aproveitaram para comercializar o racismo e trataram como se fosse um

sabonete ou um desodorante”, diz ele. “O racismo não é um produto de prateleira ou de gôndola. Ele tem de ser enfrentado de frente, como fez o Villarreal. Foi o único que tratou de forma rígida e dura.”

O Villarreal identificou e baniu para sempre de seus jogos o torcedor que atirou a banana no gramado do Estádio El Madrigal. Somoggi aprova a ação de Daniel Alves, mas insiste que a criação do conceito foi infeliz. “Foi usado um termo extremamente pejorativo e as pessoas negras estão incomodadas. É como se falasse: ‘Dei de ombros, o racismo não me atinge’. Mas todos que foram atingidos sabem o quanto dói. Acho que perdemos uma grande chance de trabalhar fortemente uma campanha que não fosse superficial.”

Guga Ketzer, sócio e vice-presidente de criação da Loducca, explica que não se trata de uma campanha publicitária, mas um movimento para debater uma ideia levada à agência por Neymar. “A ideia é tirar o preconceito da palavra. Se os caras estão te chamando de macaco e isso não ofende mais, eles param de chamar. Buscamos um ato leve e que nos fez pensar. Tratamos até com um certo humor, que é a cara do Neymar.”

Ele garante que a intenção não é vender nada. Só que, no embalo do conceito, outra polêmica surgiu com o lançamento de uma camiseta se apropriando do assunto. O apresentador Luciano Huck, que tem uma grife vendida pela internet, fez um material com a hashtag, a imagem de uma banana e os dizeres “respeito” e “somos iguais”. Muita gente viu o gesto como uma forma de oportunismo.

[Acesse o PDF: Campanha publicitária contra o racismo gera polêmica na internet \(O Estado de S.Paulo, 30/04/2014\)](#)